

ANEXO V

CONTRATO N°...../2018

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO INDIRETA DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE SERVIDORES EM SERVIÇO, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS COM SEUS RESPECTIVOS MOTORISTAS, QUE ENTRE SI FAZEM A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA Ó SUDAM E A EMPRESA.....:

A **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA Ó SUDAM**, Autarquia Federal criada pela Lei Complementar n° 124, de 03 de janeiro de 2007 e regulamentada pelo Decreto n° 6.218, de 04.10.2007, sediada na Tv. Antônio Baena, n°1113, CEP 66093-082 na Cidade de Belém, Bairro do Marco, Estado do Pará, inscrita no CNPJ sob o n° 09.203.665.0001-77, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora de Administração-substituta, Sra Sra **MARGARETH DOS SANTOS ABDON**, brasileira, matrícula, CPF/MF n° 428.571.632-15, nomeada por meio do Decreto Presidencial s/n°, de 02/12/2016, publicado no DOU de 05/12/2016, Seção 2, domiciliado à na Tv. Antônio Baena, n°1113, CEP 66093-082, Bairro do Marco, Estado do Pará, Bloco 6Cö. 7º andar, Bairro Marco e de outro lado a empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n°, com sede na, n°, bairro, UF, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador da CI n° e do CPF/MF n°....., residente/domiciliado na....., n°, bairro, na cidade de, resolvem firmar o presente instrumento contratual, com sujeição à Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002; ao Decreto n° 3.555, de 08/08/2000; ao [Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005](#); ao Decreto n° 8.538/15; pelo Decreto 7.892/13, alterado pelo Decreto n° 8.250/2014; à Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei complementar n° 147/2014; à IN/MDICE n° 103, de 30/04/2007, à IN/SLTI/MPOG n° 01, de 19/01/2010, à IN SLTI/MPOG n° 05/2017 e alterações ocorridas, à Instrução Normativa n° 02, de 16/09/2009, à Instrução Normativa N° 02, de 11 de Outubro de 2010, à IN n° 05/17 e Lei n° 8.666/93, e as demais normas legais correlatas; naquilo que couber, ou qualquer outro que vier a lhes substituir:

CLÁUSULA PRIMEIRA Ó DA APROVAÇÃO E DA LICITAÇÃO

1.1. O presente Contrato, cuja lavratura decorre da autorização da Diretoria-Colegiada da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, exarada no processo respectivo, é celebrado com amparo no Decreto n° 8.275, de 27 de Junho de 2014.

1.2. A contratação para a execução do serviço objeto deste Contrato foi precedida de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 3.555, de 08.08.2000; do [Decreto n° 5.450, de 31 de maio de 2005](#), IN n° 02, de 11 de outubro de 2010, IN SLTI/MPOG n° 05/2017 e Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como, pelas normas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA SEGUNDA Ó DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte de servidores em serviço, incluindo a disponibilização de veículos com seus respectivos motoristas, conforme especificações e condições estabelecidas neste Instrumento, visando atender a demanda da **SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM)** em Belém e em municípios compreendidos nos nove Estados da Amazônia Legal, bem como em Brasília-DF, conforme especificações e quantitativos contidos no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA Ó DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

3.1. Este instrumento de Contrato e seus Anexos guardam inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico n° 05/2018 e da proposta da contratada que compõem às folhas..... do processo n° 59004/006279/2017-02, sendo dele parte integrante e inseparável, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA QUARTA 6 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA por força deste instrumento, e em submissão às condições estabelecidas no Termo de Referência, obriga-se a prestar com zelo e eficiência os serviços de acordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, atendidas as normas previstas na IN SLTI/MPOG nº 05/2017, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA 6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da execução de serviços, objeto desta licitação, correrão por conta da Programação SUDAM 6 Exercício 2018, a conta do Projeto/Atividade xxxxxxxxxxxxxxxx 6 Administração da Unidade. Sub-Projeto: xxxxxxxxxxxx- Administração da Unidade 6 Nacional; Elemento de Despesa 6 3390XXXXX Fonte XXX 6 ficando o restante da despesa a conta do exercício financeiro posterior, tendo sido para tal emitida a NE.....

CLÁUSULA SEXTA 6 DO TERMO DE CONTRATO

6.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no item 13 do Termo de Referência.

6.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ãon lineõ ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados 6 CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

6.3. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

6.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

6.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA deverá zelar pelo fiel cumprimento das atribuições descritas no item 6 do Termo de referência parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA OITAVA 6 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações decorrentes da observância da legislação pertinente, são obrigações da Contratante as contidas no item 7 do Termo de referência parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA NONA 6 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. As condições e formas de pagamento são aquelas constantes no item 10 do Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA 6 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato de contrato no DOU.

10.2. Para o contrato celebrado cujo objeto de contratação esteja compondo o Lote 1 deste Termo de Referência, poderá ter a sua duração prorrogada mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/1993.

10.3. Para o(s) contrato(s) celebrado(s) cujo objeto(s) de contratação esteja(m) compondo os Lotes 2 a 11 deste Termo de Referência , poder(ão) ter duração máxima de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato de contrato no DOU.

10.4. Desde que haja autorização formal da autoridade competente devem ser observados os seguintes requisitos:

10.4.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

10.4.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

10.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

10.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

10.4.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

10.4.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e

10.4.6. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

10.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

10.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo."

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA 6 DO ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 As disposições editalícias acerca do acompanhamento e execução dos serviços estão previstas nos itens 5 e 9 do Termo de referência, que é parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA 6 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência, que é parte integrante deste contrato como se aqui transcrito estivesse.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA 6 DO REAJUSTE

13.1. O valor pago pelos serviços somente poderá ser alterado mediante aditivo, nos seguintes casos:

13.2. Unilateralmente pela SUDAM nas hipóteses previstas no inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13.3. Por acordo das partes no caso de prorrogação da vigência contratual e nas hipóteses previstas no inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.4. As alterações decorrentes de acréscimo ou diminuição do objeto, com base no inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, não poderão exceder o limite estabelecido no § 1º do referido artigo, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

13.5. Os preços inicialmente contratados serão reajustados anualmente, utilizando-se variação do IPCA ou outro que o substitua.

13.6. O primeiro reajuste será concedido após 12(doze) meses, contado da data da apresentação da proposta que tenha fundamentado a contratação. Os demais e sucessivos reajustes deverão, também, respeitar o interregno de 12 (doze) meses entre si.

13.7. O reajuste previsto nesta cláusula será calculado com base no índice acumulado dos últimos 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta ou do mês subsequente ao último reajuste concedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA 6 DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

16.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da Administração, conforme disposto nos Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993 e posteriores alterações.

16.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

16.4. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do Art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

16.5. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

16.6. Judicial, nos termos da legislação.

16.7. No interesse da CONTRATANTE, mediante comunicação com antecedência de 10 (dez) dias, com o pagamento dos serviços realizados até a data comunicada no aviso de rescisão;

16.8. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA 6 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que não seja ultrapassado o montante total previsto na ARP.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato."

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA 6 VEDAÇÕES

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA 6 DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

18.1. Tal como prescrito na Lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA 6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A Administração da Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira: Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda: Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do

cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

Subcláusula terceira: As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta: Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta: Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

Subcláusula sexta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente aplicável à espécie.

Subcláusula sétima: O contratado é obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA 6 DA PUBLICAÇÃO

20.1. O presente Contrato será publicado no D.O.U., até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, correndo a respectiva despesa por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA 6 DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, para dirimir qualquer pendência com relação ao cumprimento deste Contrato.

21.2. E, por assim estarem de acordo, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Belém, de de 2018.

p/ CONTRATANTE

p/ CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF nº

CPF nº